

Sindicato Nº 54/84

COO: 024

INDICAÇÃO Nº 18/86

Propõe seja criada uma comissão de sete especialistas, indicados pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação, para que estude as virtualidades do ensino por correspondência e técnicas correlatas com vistas a seu aproveitamento na universidade aberta.

Por que educação permanente?

Estudos realizados nos EUA, em 1967, pela comissão Carnegie, em plena época de ebulição universitária e política, com revoltas estudantis, conflitos raciais e crise de credibilidade no sistema, abordam alguns itens que nos parecem pertinentes com o tema desta Indicação.

A mencionada comissão, cujo objetivo era o de definir o ensino superior, entendeu que seria este todo ensino que sucedesse ao 2º grau, qualquer que fosse seu nível e objetivo. Não se trata, portanto, do sentido que relaciona automaticamente universidade e ensino de 3º grau, ambos considerados como a fonte exclusiva do saber destinado aos mais capazes.

Dentre as recomendações da comissão Carnegie, algumas também nos servem de argumentos:

- a necessidade de multiplicação de cursos pós-secundários (de 2 a 4 anos), com possibilidade de se tornarem o início de estudos universitários ou de um diploma profissional;
- a supressão de seleção para o ingresso em algumas universidades;
- a melhoria qualitativa e o reforço da eficiência dos estabelecimentos de ensino;
- o incentivo à diversidade e ao entrosamento na comunidade;
- a possibilidade de acesso, de acordo com o gosto e as aptidões dos indivíduos;
- a consideração por outros perfis de formação, levando em conta a atividade profissional, a aprendizagem e a formação permanente;
- o incentivo aos sistemas alternativos.

Apesar desse conjunto de recomendações, a comissão Carnegie não propunha a supressão de estabelecimentos seletivos de alto nível, nem tampouco um nivelamento por baixo.

Em 1977, Isaac Asimov, em artigo intitulado Educação permanente para salvar a civilização, além de sublinhar o papel

que está inevitavelmente reservado à "máquina-professor" pessoal, discute com propriedade o que poderá acontecer no século XXI, já tão próximo, com a idade média da população aumentando regularmente.

Nesse contexto social, diz ele, e mantido o estereótipo que atinge a geração mais velha ou a geração anterior, considerada conservadora e inclinada ao obscurantismo, teremos uma sociedade fossilizada e condenada ao envelhecimento cultural coletivo. A destruição desse estereótipo cabe à educação como exigência da vida, educação que dure enquanto durar a vida, conclui ele.

É interessante ainda trazer outro ponto de vista, este do cineasta Roberto Rossellini que, no fim de sua vida, dedicou-se à produção de programas educativos para a televisão italiana. Em longa entrevista, dada pouco antes de morrer, justificava seu novo campo de interesse ao considerar que só há homens mal-informados ou homens bem-informados. Diz ainda que a prevenção generalizada contra o autodidata faz esquecer que o homem das cavernas era um autodidata.

Embora a comissão Carnegie, Isaac Asimov e Rossellini discutam o tema sob prismas diferentes, os seus argumentos convergem para o mesmo ponto, isto é, a educação permanente.

Pode-se dizer hoje que o conceito da necessidade de educar-se continuamente é aceito universalmente, não apenas por imperativos pessoais, mas também por motivos pragmáticos impostos pela sociedade.

Pierre Furter, outro analista do problema, considera a educação não como um ponto final, mas como um "ponto de partida", um engajamento para a frente, uma necessidade decorrente da perfectibilidade humana.

Ettore Gelpi, especialista em educação de adultos e consultor da UNESCO, avalia a educação permanente como um processo ao longo das idades, penetrando indistintamente em diferentes grupos sociais, e não como uma panacéia para carências culturais crônicas ou ainda como um instrumento de construções ideológicas, embora admita que "há uma autonomia

da ação educativa em face da ação política e, ao mesmo tempo, uma inter-relação entre as duas."

Se nos detivermos em estudos de educação comparada, observaremos que muitos sistemas educacionais já integram a educação permanente ao planejamento escolar em termos globais, extrapolando-a da noção tradicional de educação de adultos.

Por outro lado, as Constituições de diversos países não se esquecem de incluir, em seus princípios fundamentais, os fins a que visa a educação nacional, embora muitas vezes a teoria esteja dissociada da prática.

Em especial nos países em desenvolvimento ou naqueles que só há pouco tempo se alçaram à condição de nações independentes, o que se vê é o planejamento educacional favorecendo, por contingências diversas (limitações orçamentárias, falta de pessoal especializado, grande porcentagem de analfabetos, prioridades políticas, injunções ideológicas e outras), ora um, ora outro nível de ensino.

No Brasil, a idéia da educação permanente está contida no art. 24, da Lei nº 5.692:

"O ensino supletivo terá por finalidade:

- a)
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido ensino regular no todo ou em parte."

O Conselho Federal de Educação, ao estabelecer a conceituação do ensino supletivo e suas modalidades, inclui nestas a de suprimento, como forma de "reciclagem, educação continuada, educação permanente".

Nesse sentido, é lícito supor que o suprimento vai da escola de 1º grau à pós-graduação universitária e da formação geral ao aperfeiçoamento profissional.

Na modalidade de suprimento, parece-nos ainda que o ensino supletivo não tem usado em plenitude a riqueza e flexibilidade propostas pela lei, características essas capazes de atender aos diversos aspectos da temporalidade da escola brasileira.

Por sua vez, a Lei nº 5.540, apesar de também prever a flexibilidade para atender a diferenças individuais, a peculiaridades regionais e a possíveis combinações dos conhecimentos, de um certo modo cerceia essa possibilidade em relação à educação permanente, por não ter conseguido a universidade irradiar o "know-how" de que necessita o Brasil "para deixar de ser uma nação rica de povo pobre".

Apesar de todos os entraves, há uma busca generalizada do "saber" ou do "saber mais" e este parece ser o momento de sistematizar esforços na direção do que hoje se chama convencionalmente de universidade aberta.

A experiência de outros países

A idéia de expandir o saber não é exclusivo de nossos tempos.

No século passado, a Grã-Bretanha começou a desenvolver a idéia de uma educação liberal de adultos, sem exames nem diplomas, porém vinculada à educação dos trabalhadores, idéia também desenvolvida pelos países escandinavos.

O ensino fora dos muros escolares teve acolhida gradativa em diversos países do mundo, sendo a correspondência postal o recurso mais usual para essa finalidade e até mesmo,

como mais recentemente, para ensino em nível superior. Em 1973, o conselheiro Newton Sucupira apresentou ao Ministério da Educação e Cultura um estudo sobre a experiência do ensino superior na Inglaterra, sob a forma de universidade aberta.

Instituída por uma Carta Real, a universidade aberta inglesa é estruturalmente organizada como qualquer outra universidade, desta diferindo apenas pelos métodos de ensino, pela integração da técnica de correspondência e multi-meios, pelo alunado, do qual não é exigida a frequência nem a comprovação de instrução prévia, e pelo contato pessoal periódico do aluno com monitores e conselheiros.

O qualificativo "aberta", aplicado a esse revolucionário meio de ensino, é devido ao fato de ser este dirigido a todas as classes sociais, a maiores de 21 anos e porque, ao fazer uso dos meios de comunicação de massa, está apto à apreciação do público em geral.

No relatório citado, além de serem historiados os passos seguidos para a implantação e desenvolvimento da universidade aberta, está comprovada a viabilidade técnico-pedagógica desse sistema de instrução, oferecido a todos aqueles que não puderam frequentar cursos regulares de nível superior, por motivos variados.

Os estudos preliminares voltaram-se para a clientela potencial, especialmente constituída por professores de ensino primário e secundário, sem grau superior, motivados por perspectivas de melhores salários, de aperfeiçoamento profissional ou aquisição de "status" mais elevado. Outra amostragem, baseada em experiências anteriores de ensino pelo rádio, pela televisão e por correspondência, comprovou também a possível receptividade entre outros adultos.

Esses levantamentos permitiram à universidade aberta prever uma futura atuação em três campos: graduação, pós-graduação stricto sensu e pesquisa e pós-graduação lato sensu, sendo dada prioridade inicial aos cursos de graduação na área das Humanidades, Ciências Sociais, Matemática e Ciências Naturais, o que evidencia que seus objetivos gerais, nível e conteúdo em nada a diferenciavam de uma universidade tradicional.

Fundamentalmente, porém, é aceito pelos países que já adotam esse sistema de educação alternativa como é o caso da Alemanha, destina-se a universidade aberta àqueles que trabalham, dando-lhes a possibilidade de obter uma formação universitária.

Por outro lado, não se deve concluir seja a universidade aberta uma instituição de estudos de segunda classe porque:

- — o estudante é pessoa amadurecida, provavelmente portadora de uma deficiência escolar devida a algum motivo, com "background" sociocultural diferenciado, mas que, submetido periodicamente a exames, demonstra uma gradativa capacitação intelectual;
- o número de vagas é limitado, porque economicamente o custo operacional desse complexo sistema de instrução implica uma produção, em larga escala, de material de ensino, contratação de corpo docente em tempo integral ou parcial e uma organização central, além de uma rede de coordenações regionais;
- a seleção dos candidatos obedece a critérios, tais como ordem de inscrição, motivação do aluno, preferência pelos

recursos necessários de educação superior, distribuição proporcional entre as diferentes áreas de estudos, localização geográfica dos candidatos para garantir uma distribuição equitativa por todas as regiões do país.

De outros documentos, podemos extrair a experiência da Espanha, com objetivos, metodologia e organização estrutural semelhantes aos da Inglaterra, com tendência a substituir progressivamente o ensino livre pelo ensino tutorizado para atender a um novo tipo de população escolar, composta por alunos que trabalham por aqueles procedentes dos meios rurais, por aqueles que desejam uma segunda carreira.

Na Espanha, há a preocupação primeira de aperfeiçoamento do magistério, ali promovido em dois ciclos: o primeiro, com disciplinas básicas; o segundo, mais avançado, cujo acesso depende de aproveitamento no primeiro.

Basicamente, o sistema adotado é o da palavra escrita, complementado por gravações, programas radiofônicos e outros recursos da tecnologia educacional, postos à disposição do aluno, especialmente nos centros associados.

A 12ª Conferência Anual da "International Association for Educational Assessment", realizada no Rio de Janeiro, em junho do corrente ano, teve a participação do representante da Inglaterra, o que nos permite complementar o relatório e depois o Grupo de Trabalho de inspiração do conselheiro Newton Sucupira, elaborado há 13 anos, e do qual tivemos o prazer de participar ativamente.

Além de confirmar os dados nele contidos, convém acrescentar os seguintes:

- a universidade aberta constitui a maior universidade do Reino Unido, tanto que novos cursos foram criados, como o de Gerência e o de Aplicações na Indústria de Computadores, a fim de atender às necessidades da indústria e reconversão de profissões;

- os cursos de qualificação em nível geral são oferecidos também como uma preparação para a aposentadoria;

- a manutenção da credibilidade junto ao meio acadêmico e ao empresarial, a qual basicamente depende de serem os trabalhos feitos pelo estudante, pelo contato pessoal periódico e obrigatório com o professor e pelo exame final com 3 horas de duração, exame esse que pode combinar a elaboração de um ensaio, testes de múltipla escolha e, eventualmente, exames orais;

- a presença de examinadores universitários, estranhos ao corpo docente efetivo da instituição;
- a necessidade de padronização dos procedimentos adotados ao longo de todos os cursos;

- a avaliação contínua para garantir o "feedback", através da correção feita pelo professor e pela ação corretiva das deficiências individuais, feita esta pelo próprio aluno;
- a importância da rapidez do "feedback" ao lado da qualidade dos mecanismos de controle;
- a fiscalização do trabalho através de equipe especial para garantir a consistência do sistema, a eficácia e a eficiência dos comentários formativos do professor-conselheiro.

A grande dificuldade enfrentada pela universidade aberta na Inglaterra foi inicialmente a padronização de 5.000 monitores locais, para atendimento pessoal, comentários para o "feedback" corretivo e atribuição de graus, o que foi resolvido por um sistema de monitorização estatística para

detectar os professores-monitores, cujos graus apresentassem divergências em relação ao padrão nacional estabelecido.

O sistema inglês recomenda ainda encontros periódicos dos alunos para seminários, pesquisas e outras atividades pedagógicas, em centros universitários, aproveitando-se especialmente as férias, o que barateia os custos.

Deve-se realçar ainda que os custos globais da universidade aberta são menores que os de uma universidade tradicional, o que é devido à sua própria organização estrutural.

Ainda no que se refere à Conferência mencionada, nota-se a presença preponderante de educadores e diretores que se ressentem de problemas semelhantes aos brasileiros.

Alguns desses países mantêm somente estudos por correspondência e outros recursos tecnológicos em nível de 1º e 2º graus. Mas todos admitem as potencialidades inerentes às inovações tecnológicas para solucionar os problemas relativos à urgência que se apresenta de universalização do ensino e, especialmente, à de preparação de professores.

Um dos representantes da Índia acrescentou outros dados, também relevantes, a favor da universidade aberta, já existente naquele país:

- a redução da demanda por universidades tradicionais;
- a possibilidade de incluir alunos pertencentes a minorias étnicas e lingüísticas;
- a possibilidade para todos de iguais oportunidades em educação, inclusive com uso de bibliotecas e laboratórios, organização de simpósios, conferências e acesso a outras facilidades de que dispõem as universidades tradicionais.

Para citar mais um exemplo, a Tailândia mantém uma longa tradição de educação pós-secundária, desde 1933, com o detalhe de que muitos graduados em nível superior o foram antes da instituição do sistema de exames de seleção para ingresso em moldes tradicionais.

Nesse mesmo país, tentou-se a experiência de manter a universidade tradicional ao lado da universidade aberta, o que se tornou impraticável e conduziu esta última a adquirir estrutura própria, após um planejamento de três anos.

A leitura dos documentos apresentados à Conferência, já citada, apresenta inúmeros pontos de contato no que se refere a objetivos, população-alvo, critério de avaliação e de seleção de cursos, mas é unânime o reconhecimento do valor do ensino por correspondência, integrado a "mass-media".

A essa primeira conclusão, podemos acrescentar outras, também extraídas da experiência de outros países, em vários graus de desenvolvimento:

- a iniciativa de instalação de uma universidade aberta deve ser oficial e resultante de consulta em escala nacional para que sejam determinados o planejamento, os objetivos e as metas;

- o planejamento deve estar a cargo de especialistas em educação, em tecnologia educacional e publicitária, em economia e administração;

- a universidade aberta deve ter vida própria, com organização semelhante a uma universidade tradicional e com corpo docente próprio;

- há necessidade de:
 - controle para evitar deficiências, estrangulamentos e retrocessos funcionais;

- reforço de organização econômico-administrativa;

• pontualidade no recebimento do material escrito e outros de apoio e rapidez na devolução do material destinado à ação corretiva;

• utilização de todos os meios da tecnologia para elevar a qualidade do ensino;

• contratação de corpo docente universitário, por nível de preparação científica, com qualificação para atender a variados tipos de alunos e, ainda, com domínio dos meios técnicos, próprios ao ensino por correspondência.

A universidade aberta e sua viabilidade no Brasil

De modo geral, a tendência em todos os países, das mais diversas extensões territoriais e com os mais diversos sistemas de ensino, é incorporar as técnicas do ensino por correspondência como fundamentais à educação permanente, num tempo em que a aceleração do progresso científico e a evolução das técnicas e suas consequências na estrutura ocupacional tornam obsoletos os conhecimentos.

O Brasil dispõe da experiência de utilização dos meios de comunicação de massa em educação desde o final da década de 50.

O Projeto Minerva, a TV do Maranhão, a Fundação Roberto Marinho, os programas da Fundação Padre Anchieta, o trabalho da ABT, para só citar algumas, foram ou são experiências a considerar.

O FUNTEVÉ desenvolve atualmente suas atividades visando à expansão do ensino básico e à educação continuada ou permanente. Os programas, vistos sob este último ângu-

lo, proporcionam uma "visão ampliada da educação como cultura, como informação, como participação comunitária" e "procuram atender a certas necessidades do sistema social, até agora parcialmente tratadas pelo subsistema educativo". Entretanto, trata-se ainda de programas que não se destinam a estudos em nível superior.

O Governo preocupa-se em melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, estimulando até o programa "Informática na Educação".

Parece-nos oportuno o lançamento da idéia de uma universidade aberta, com a qual só teria a lucrar o sistema educacional como um todo e sob múltiplas formas, em um país que se moderniza, mas que ainda não dispõe de recursos humanos qualificados em muitos setores, além de permitir a muitos o aperfeiçoamento e a reconversão de profissão.

Propomos, assim, seja criada uma comissão de sete especialistas, indicados pelo Ministério da Educação e por este Conselho, para que se estudem as virtualidades do ensino por correspondência para seu aproveitamento na universidade aberta.

Esta é a nossa indicação.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1986.

Arnaldo Niskier



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Portaria n.º 56, de 5 de outubro de 1987

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar os Conselheiros Arnaldo Niskier, Lêda Maria Chaves Tajra, Walter Costa Porto e os professores Newton Lins Buarque Sucupira, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Rosa M. M. Pessina para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão Especial que estudará as virtualidades do ensino por correspondência e técnicas correlatas com vistas a seu aproveitamento na universidade aberta, proposto pela Indicação nº 18/86. A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o relatório.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Fernando Affonso Gay da Fonseca
Presidente

INDICAÇÃO Nº 18/86

Ensino a Distância — Universidade Aberta

— Comissão Especial — Par. 263/88,

aprovado em 17/3/88 (Proc. 23001.001165/86-19)

I — RELATÓRIO

A Portaria 56/87-CFE criou a Comissão Especial que, no prazo de noventa dias, discutiu e apresentou sugestões sobre o tema proposto na Indicação 18/86. Apresentamos, a seguir, a íntegra do relatório elaborado pelo Conselheiro Walter Costa Porto através da Comissão Especial:

"Através da Indicação 18/86, o Conselheiro Arnaldo Niskier propôs que se criasse

"uma comissão de sete especialistas, indicados pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação, para que estude as virtualidades do ensino por correspondência e técnicas correlatas com vistas a seu aproveitamento na Universidade Aberta."

Fundamentando sua proposta, o Conselheiro Niskier discorreu sobre a educação permanente, a experiência de outros países e tratou, finalmente, da viabilidade da Universidade Aberta no Brasil, parecendo-lhe oportuno o lançamento da idéia

"com a qual só teria a lucrar o sistema educacional como um todo e sob múltiplas formas, em um país que se moderniza, mas que ainda não dispõe de recursos humanos qualificados em muitos setores, além de permitir a muitos o aperfeiçoamento e a reconversão de profissão."

Aprovada pelo CFE a Indicação, foi baixada por V. Ex.^a a Portaria 56, de 5 de outubro do ano que passou, designando os Conselheiros Arnaldo Niskier, Leda Maria Tajra, Walter Costa Porto, e os professores Newton Lins Buarque Sucupira, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Rosa Maria Monteiro Pessina para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Especial que se instalou no dia 10 de outubro.

Cinco foram as reuniões da comissão nas quais, além da troca de idéias pelos que a integram, se ouviram, como convidados:

Francisco José da Silveira Lobo — ABT
Regina Cardoso de Sousa — CETEB

Leda Maria Chaves Tajra — EDUCAR
Arivaldo Fontes — SENAI
Abram Szajman — SENAC
Carlos Henrique Cardim — UnB
Integrou igualmente o acervo a obra "Ensino por Correspondência", resultado do Grupo de Trabalho MEC/UERJ, instituído em 1977 e que foi gerenciado pelo professor Arnaldo Niskier.

A Experiência do CETEB

Foi, inicialmente, relatada a experiência do Centro de Ensino Técnico de Brasília — CETEB, desde seus inícios, em 1954, com a Fundação do Ensino Secundário, no Rio de Janeiro. Constituído em 1965, através de convênio com o Ministério da Educação, o CETEB começou a operar em 1968, com programas e projetos educacionais para crianças, adolescentes e adultos, em zonas rurais e urbanas.

Seus cursos até 1972 foram sob a forma de ensino direto, convencional e, a partir de 1973, planejou o primeiro curso, aplicando metodologia de ensino personalizado, utilizando a forma semi-indireta de trabalho. Estendida a experiência a projetos de desenvolvimento de recursos humanos, realizados a distância, são atendidos, hoje, cerca de 60.000 alunos, abrangendo:

- docentes e especialistas do setor educacional;
- administradores e instrutores de programas de treinamento;
- funcionários de empresas do setor público e privado.

Entre os cursos realizados merecem destaque:

- o Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a Petrobrás, com o objetivo de capacitar empregados da empresa para preencher seus quadros em expansão;
- o Projeto Logos II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente; e
- o Plano de Valorização do Magistério, de iniciativa do próprio CETEB, para capacitar professores leigos lato sensu em exercício e aperfeiçoar e atualizar especialistas e pessoal administrativo que atuam nos sistemas de ensino.

A indicação de outros cursos, sua estruturação e pormenores estão sumarizados em documentos anexos ao processo, mas é indispensável ressaltar, na área da Teleeducação, as preciosas contribuições da Fundação Anchieta (SP), Fundação Padre Landel de Moura (RS), Fundação Roberto Marinho (RJ), FUNTEVE, Projeto Minerva, TV do Maranhão, INPE, IRDEB e ABT, entre outras instituições e projetos de relevo, conforme consta da Indicação-CFE 18/86, de autoria do Cons. Arnaldo Niskier.

Projeto Verso e Reverso

Foi relatada, a seguir, a experiência da Fundação Educar, instituição em que se transformou o MOBRAL, de modo especial, com seu projeto "Verso e Reverso". O referido projeto foi criado como "alternativa de capacitação, na área de Educação Básica de Jovens e Adultos, através da utilização de multimeios, como a televisão, o videocassete e os cursos por correspondência. É destinado a professores com ou sem habilitação específica do 2º grau para o exercício do magistério, podendo atingir, assim, o professorado leigo.

Via televisão, na Rede Manchete, o projeto consta de 24 programas com 30 minutos de duração cada um, veiculados semanalmente, aos domingos. Através da correspondência, envolve 12 publicações, acompanhadas de Manual de Orientações e sua aplicação tem a duração de 6 meses. Encontram-se nos autos maiores esclarecimentos sobre o programa.

O CENDEC

O CENDEC – Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico – é o órgão de planejamento do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A instituição promoverá o Curso de Tutoria a Distância em Elaboração e Análise de Projetos, estruturado em duas unidades distintas, cada uma com 180 horas de estudo/trabalho, perfazendo 360 horas, e destinando-se a profissionais de nível superior com atuação na área de planejamento de instituições públicas e privadas.

No primeiro momento, o projeto envolverá, apenas, o Distrito Federal, Maranhão e Goiás.

A. UnB

Ex-Decano de Extensão da Universidade de Brasília, o Prof. Carlos Henrique Cardim trouxe um relato sobre os esforços ali realizados, a partir de 1976, no ensino a distância. Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto em seu Estatuto, de estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais, a universidade organizou o Serviço de Ensino a Distância – SED, com o objetivo de preparar e oferecer cursos de extensão a distância, por fascículos e por jornais.

Desde sua criação, em 1981, o SED preparou e ofereceu os seguintes cursos:

- por fascículos:
Introdução à Ciência Política
Pensamento Político Brasileiro
Introdução às Relações Internacionais
Curso de Pensamento Político Brasileiro

- por jornais:
O que é Política?
Grécia Clássica
Pensamento Político Brasileiro
Relações Internacionais
Ideologias Políticas

Nos seus cursos, o SED atendeu cerca de 40.000 alunos, de diferentes pontos do País, tendo também recebido inscrições de estudantes de países latino-americanos. Através de convênio com a Open University, a universidade detém direitos de publicação em Língua Portuguesa e de distribuição, no Brasil, de todo o seu material de ensino.

Instituto ORT

Recebeu a comissão, finalmente, relatório sobre o Sistema Aberto de Educação a Distância – SAED. O SAED é um programa educacional da Sociedade Israelita Brasileira ORT, atua em colaboração com o Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e tem por objetivo promover a qualificação profissional de pessoa com baixo nível de escolaridade, proveniente de faixas carentes da população, através de cursos que utilizam a metodologia de ensino semi-indireto.

Criado em 1978, a partir de um grupo multidisciplinar que desenvolveu um estudo de viabilidade, o SAED iniciou seu trabalho efetivo em 1980, graças a financiamentos obtidos na Holanda, através da Fundação Bernard Van Leer e, posteriormente, na República Federal da Alemanha, através de seu Ministério de Cooperação Econômica.

Até o presente, o SAED já desenvolveu 4 cursos de qualificação profissional: os de Eletricista Instalador Residencial, de Auxiliar de Escritório, de Auxiliar de Contabilidade e Reparador de Eletrodomésticos. No período de 1981 a 1987, 30.000 alunos já foram atendidos, em locais de aplicação que somavam 4 em 1981 e chegaram a mais de 170 em 1987, em 12 Estados da Federação.

A comissão analisou, detidamente, o relatório elaborado pelo Prof. Newton Sucupira, de 1972, depois de sua visita oficial a Londres, para estudar os resultados da Open University, criada há pouco, na Inglaterra, e que, para ele, representava

a primeira experiência de aplicação sistemática e institucionalizada dos meios de comunicação de massa, combinados com os mais variados processos de instrução, com o objetivo de proporcionar formação universitária regular a grande contingente da população acima de 21 anos que não teve, ou não tem condições de frequentar uma universidade convencional."

A novidade da experiência inglesa – pois, para muitos de seus aspectos, a Open University se assemelha a qualquer outra universidade britânica – não estaria, segundo o Prof. Sucupira, nos cursos transmitidos pelo rádio ou pela televisão, nem mesmo no ensino por correspondência. Todos esses métodos têm sido largamente utilizados e há países que concedem, também, diplomas por correspondência. Sua originalidade repousaria

"de uma parte, na integração sistemática de todos esses meios de instrução, incluindo também contato pessoal, com o fim de dar educação superior regular a adultos, independentemente do grau de instrução prévia, mas do mesmo nível das demais universidades.

Doutra parte, porque a Universidade Aberta não se contenta em aplicar os novos processos a conteúdos tradicionais, mas se esforça por organizar novos tipos de cursos e novos padrões de aprendizagem que pretendem ser mais intimamente integrados e articulados do que ordinariamente ocorre nas universidades tradicionais."

Logo no início de seu relatório, o Prof. Sucupira afirmou que o princípio da Open University "é válido e susceptível de objetivar-se, com as devidas cautelas e adaptações, noutros contextos socioculturais". E no final do texto, preocupou-se em analisar concretamente as possibilidades de aplicação do sistema à realidade brasileira.

Segundo ele, os problemas atuais da expansão do ensino superior entre nós obrigam a ultrapassar as formas tradicionais e a recorrer a novas técnicas de comunicação de massa. Os educadores estariam cada vez mais convencidos de que uma formação universitária nem sempre exige o regime clássico de aulas ou seguir currículos estritamente prescritos.

E aludiu ao ponto fundamental – o tipo de educação superior fornecido por uma instituição como a Universidade Aberta custa menos do que o de uma universidade convencional, pelo menos na Inglaterra.

Acrescentou ele que há muito que fazer ainda no sentido de aumentar as oportunidades do acesso à universidade. E se referiu ao problema dos cursos de formação de professores para as últimas quatro séries do ensino de 1º grau e para o 2º grau: 50% desses professores (e em certas regiões do País a proporção seria bem maior) não têm qualificação acadêmica legalmente requerida, nem mesmo exame de suficiência.

O grande problema estaria na dificuldade de se promover a formação universitária do professor em serviço nas diferentes localidades onde inexistem Faculdades de Filosofia. Ter-se-ia que apelar para o processo de treinamento em serviço, sem que o professor tivesse de cessar sua atividade docente. Tal foi a solução proposta pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN, quando faz uso, ainda em escala muito modesta, de métodos que se assemelham aos processos da Universidade Aberta.

Depois de afirmar que a aplicação de um sistema idêntico ao da Universidade Aberta entre nós pressuporia, entre outras condições, uma estrutura de ensino superior desenvolvida, pessoal docente qualificado e certo número de especialistas em educação de adultos e técnicos de comunicação educativa de massa, rede ampla nacional de rádio e televisão e sistema eficiente de comunicações, o Prof. Sucupira foi otimista, terminando com indicações concretas sobre

- a exclusividade da missão do MEC;
- a necessidade de lei especial, dispensando seus candidatos da exigência de educação completa de 2º grau e de vestibular;
- da conveniência inicial de que a universidade não cubra, logo de partida, todo o território nacional;

do financiamento, pelo pagamento de uma taxa por disciplina, com a concessão de bolsas a carentes.

Importante contribuição foi também trazida pelo Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, em documento intitulado "Educação a Distância (Ensino por Correspondência): Por Que e Para Quem?". Ao fim de sua percutiente análise, o professor conclui que o ensino de 1º e 2º ou de grau superior "mostrase incapacitado qualitativa ou quantitativamente a dar efetividade aos propósitos da democratização de oportunidades educacionais e de suprimento cultural dos indivíduos" e que só a educação a distância teria condições de "como alternativa qualificada em relação à escola comum ou formal, vencer o desafio da educação de massa, sem, contudo, massificar a aprendizagem".

Seria desejável, para ele, que a primeira experiência extensiva no ensino por correspondência, no Brasil, fosse coordenada pelo MEC, "embora planejada e executada por grupos de especialistas multidisciplinares recrutados em universidades e órgãos de atuação científica no campo da educação, públicos e privados".

À comissão agora constituída, trouxe o Prof. Newton Sucupira "algumas questões sobre o projeto de instituição do sistema de educação a distância e sobre as quais a comissão deveria tomar posição". Segundo ele,

"Se a comissão pretende oferecer propostas concretas, não permanecendo no campo das generalidades vagas, limitando-se a ressaltar os benefícios e vantagens da educação a distância, deverá, como ponto de partida, relacionar algumas questões preliminares sobre as quais tomará posição. Poderemos selecionar questões que se referem aos seguintes tópicos:

- 1) campo pedagógico de aplicação do sistema de instrução a distância;
- 2) extensão geográfica da execução dos projetos;
- 3) responsabilidade da iniciativa e da execução, se cabe ao poder público privativamente ou também a instituições particulares;
- 4) definição dos métodos e técnicas de educação a distância.

Desenvolvendo analiticamente esses tópicos, teríamos as seguintes indagações:

- 1) Considerando que a educação a distância apresenta amplo espectro de aplicação, abrangendo diferentes graus e modalidades de ensino, por qual desses níveis e modalidades deveríamos começar? Tudo faz crer que não seria exequível atuar simultaneamente em vários deles.
- 2) Partindo dessa consideração, seria aconselhável, como projeto exploratório, a aplicação sistemática ao setor de educação de adultos, particularmente na preparação para os exames supletivos?
- 3) Ou teríamos, desde logo, uma primeira experiência de um sistema de instrução a distância no âmbito do ensino superior, à maneira de uma Universidade Aberta, embora inicialmente restrita a determinadas áreas?
- 4) Pensaríamos num sistema de instrução que empregasse diferentes meios de comunicação de massa, tendo por elemento integrador a unidade de correspondência, ou seria, pelo menos

no início, apenas um sistema de ensino por correspondência? Seria possível, desde logo, conjugar a correspondência com o rádio e a televisão e postos de contato pessoal?

5) Tendo em vista a extensão continental do País, apresentando grande diversidade regional com pronunciados desníveis econômicos e culturais, uma aplicação sistemática e racional do sistema de instrução a distância não deveria fazer-se segundo critérios regionais?

6) Ou poderia ser um organismo central, interligando uma rede de coordenações regionais com centros locais de estudo?

7) A quem caberia a iniciativa e execução dos projetos de instrução a distância:

a) seria atribuição do MEC que recrutaria, como é óbvio, professores das áreas de estudo previstas juntamente com especialistas em educação de adultos e nas técnicas do novo sistema de instrução;

b) seria permitida a iniciativa de instituições particulares, sob a supervisão do MEC, tendo por base regulamentação proposta pelo Conselho Federal de Educação. Neste último caso, seria escolhida alguma região a título de experiência-piloto ou deixaríamos que as iniciativas, sob o controle do MEC, pudessem atuar em diferentes Estados e Regiões?

8) Na hipótese de se aplicar o sistema de instrução a distância ao nível superior, faz-se imprescindível lei especial dispensando os candidatos da exigência de educação completa de 2º grau e do concurso vestibular, a fim de que os graus conferidos tenham valor legal.

9) É de se recomendar a criação de grupo de trabalho de alto nível, compreendendo especialistas de renome nas diferentes áreas de ensino e da educação de adultos, com a missão de apresentar projeto completo de regulamentação e execução do sistema de educação a distância em todos os seus aspectos, especialmente no que se refere a uma Universidade Aberta. A esse respeito, nas recomendações finais de nosso relatório apresentado ao MEC em 1972, assim concluímos:

"A criação de sistema tão complexo e original de ensino superior exige planejamento lúcido e rigoroso de pessoas que tenham plena consciência da filosofia que inspira a Universidade Aberta. Trata-se de enfrentar o desafio de criar uma instituição de ensino superior para o povo em geral, sem perda de sua condição de universidade autêntica."

• "Conclusões"

Em função dos trabalhos e estudos apresentados pela Comissão Especial, propomos as seguintes conclusões:

1 - Que o Ministério da Educação crie um Grupo de Trabalho que, de forma sistematizada, se volte para a problemática do ensino a distância, promovendo levantamentos, entendimentos e troca de experiências entre os responsáveis pelas iniciativas nesse sentido já existentes no País, procurando integrar esforços, avaliar resultados e possibilitar uma judiciosa seleção dos métodos e técnicas mais adequados à natureza dos cursos oferecidos e às realidades da clientela a que se destinam.

2 - Que esse Grupo de Trabalho planeje e incentive o desenvolvimento de projetos experimentais de ensino a distância centrados principalmente em instituições educativas nas diferentes regiões do País, recobrindo com prioridade as áreas da capacitação de professores leigos e do treinamento e melhoria da mão-de-obra, com extensão progressiva e cautelosa a outros campos do conhecimento; depois das primeiras avaliações positivas.

3 - Que esses projetos experimentais, em princípio, tenham como elemento integrador os cursos por correspondência, mas que a eles se possa juntar a atuação pelos jornais, revistas, e emissoras de rádio e TV, oficiais ou particulares.

4 - Que esse Grupo de Trabalho implante um cuidadoso sistema de acompanhamento e avaliação dessas experiências, fornecendo relatórios semestrais das mesmas a todas as instituições envolvidas e também ao CFE, que, para tal fim, manterá uma Comissão Especial.

5 - Que, ao se completar o procedimento de avaliação, seja apreciada pelo CFE a possibilidade de que, à vista dos resultados obtidos, se autorize a expedição de diplomas."

II - VOTO DO RELATOR

O Relator acolhe as conclusões da Comissão Especial. Sala das Sessões, em 17 de março de 1988.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Comissão Especial.

Sala Barretto Filho, em 12 de março de 1988.

DOCUMENTOS QUE SUBSIDIARAM OS ESTUDOS DA COMISSÃO

A EXPERIÊNCIA DO CETEB COM ENSINO A DISTÂNCIA

1. A INSTITUIÇÃO

As origens do CETEB estão na Fundação do Ensino Secundário, criada por um grupo de educadores em 1954, no Rio de Janeiro, com o objetivo de expandir e aprimorar o ensino de grau médio do País. Com a ampliação das suas atividades, essa instituição passou a constituir a Fundação Brasileira de Educação — FUBRAE, entidade particular, sem fins lucrativos, que hoje atua por meio de suas duas unidades: o Centro Educacional de Niterói — CEN e o Centro de Ensino Técnico de Brasília — CETEB.

Criado em 1965, através de convênio da FUBRAE com o Ministério da Educação, com a finalidade de contribuir para a formação e o treinamento de recursos humanos, o CETEB começou a operar em 1968. Hoje é uma instituição de grande vitalidade e versatilidade, desenvolvendo programas e projetos educacionais para crianças, adolescentes e adultos, em zonas rurais e urbanas, e em todas as Unidades da Federação.

O CETEB funciona em sede própria, especialmente planejada e construída para suas atividades, num pequeno campus de 15.000 m², localizado no Setor de Grandes Áreas Sul de Brasília com 4.000 m² de área construída. Seus nove edifícios abrigam escritórios, salas de trabalho e de aulas, laboratórios (Línguas, Física, Processamento de Dados), auditório, biblioteca, áreas para educação física e esportes e cantina.

Seus objetivos resumem-se nos seguintes: expansão e aprimoramento da educação escolar e não-escolar, formal e não-formal, para crianças, adolescentes e adultos; desenvolvimento de pesquisas educacionais e de inovações pedagógicas; formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos para qualquer setor ou atividade.

2. O CETEB E O ENSINO A DISTÂNCIA

2.1. Breve histórico

Nos três primeiros anos de funcionamento, o CETEB voltou-se para a preparação de mão-de-obra para o mercado de Brasília, oferecendo cursos nas áreas de Mecânica de Autos, Tornearia Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Artes Gráficas etc.

A partir de 71, começou a ampliar seu campo de atuação, atendendo a profissionais de outros setores, principalmente os da educação, no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Os cursos ministrados até 1972 o foram sob a forma de ensino direto, convencional, e atingiram uma clientela estimada em 15.000 participantes. SENAI, PIPMO, Governo do Distrito Federal, Ministérios da Agricultura, do Trabalho, da Educação, IBGE, entre outros, patrocinaram e financiaram as programações então levadas a efeito.

Em 1973, o CETEB planejou o primeiro curso aplicando metodologia de ensino personalizado, utilizando a forma semi-indireta de trabalho.

Os resultados alcançados permitiram inferir que:

- a técnica utilizada era generalizável para outras modalidades de cursos, inclusive os profissionalizantes, especialmente para proporcionar embasamento científico e tecnológico;
- a metodologia poderia ser aplicada em programações que objetivassem formação, atualização e aperfeiçoamento profissionais, independentemente do nível de escolaridade do cliente, se apoiada em recursos instrucionais adequados e eficiente sistema de acompanhamento, controle e avaliação.
- o sistema de instrução personalizada e as formas semi-indireta e indireta de trabalho revelaram condições favoráveis ao ensino formal e não-formal.

A partir dessas inferências, o CETEB aceitou o desafio de levar a escola aos que a ela não podem vir. Por isso, estendeu a experiência a projetos de desenvolvimento de recursos humanos, realizados a distância, para:

- docentes e especialistas do setor educacional;
- administradores e instrutores de programas de treinamento;
- funcionários de empresas do setor público e privado e ampliou suas possibilidades de atendimento que chegaram, em 1980, à matrícula de ordem de 60.000 cursistas, integralmente atendidos a distância.

A partir de 1985, o CETEB passou a oferecer cursos por correspondência ao público em geral, que financiam seu próprio treinamento.

2.2. Estruturação dos cursos a distância

Para estruturar cursos a distância, torna-se necessário eliminar as barreiras criadas pela rigidez temporal e espacial a fim de oferecer ampla liberdade de estudos e condições organiza-

das de aprendizagem, o que implica a adoção de métodos individualizados, baseados nos princípios de adaptação, responsabilidade, motivação, criatividade.

Apoiadas nesses princípios, estruturam-se as programações a partir da hierarquização e seqüênciação de conteúdos, da especificação de objetivos e da elaboração de material para estudo autônomo, organizando-se a seqüência de instrução, de acordo com as características de cada projeto, para, então, iniciar-se a fase de produção dos recursos instrucionais.

No caso do CETEB, por limitação de recursos técnicos e financeiros das instituições patrocinadoras e das clientela-alvo, 95% dos recursos instrucionais são materiais impressos.

O primeiro passo para elaboração do material instrucional é o treinamento dos elaboradores, realizado utilizando-se a própria metodologia de ensino personalizado, e que vem a constituir-se em instrumento de seleção dos colaboradores.

A medida que os instrumentos pedagógicos são elaborados, procede-se a uma análise crítico-avaliativa, seguida de testagem para validação e verificação do nível de confiabilidade. Ratificado ou retificado o material, em sua estrutura lógica e metodológica, parte-se para a adequação e correção da linguagem. A etapa conclusiva deste momento fica a cargo da equipe de artes, responsável pela diagramação, ilustração e arte-final de cada documento.

Baseados em especificações de qualidade, quantidade e prazos, providencia-se a impressão do material instrucional. As especificações e os fluxos delas decorrentes variam segundo a natureza do projeto.

Os procedimentos de distribuição requerem cuidadoso planejamento, dada a necessidade de se atender ao ritmo de aprendizagem dos cursistas, ponto chave da metodologia adotada. Sua complexidade é grande, uma vez que, para se chegar aos locais em que se encontram os cursistas, os mais variados e criativos meios têm de ser adotados.

2.3. Principais programas

Com quase 15 anos de experiência em ensino a distância, o CETEB já ofereceu mais de 200 cursos, nos quais se inscreveram cerca de 110 mil participantes, empregando a forma didática semi-indireta e indireta e atendendo clientela adulta, as mais diversificadas, com níveis de escolaridade desde a 4ª série do 1º grau até o 3º grau completo, localizadas em todos os estados do Brasil, em zonas urbanas e rurais.

Entre todos os cursos a distância realizados merecem destaque:

- O Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a PETROBRÁS, com o objetivo de capacitar empregados da empresa para preencher seus quadros em expansão;
- o Projeto LOGOS II, em convênio com o Ministério da Educação, para habilitar professores leigos sem afastamentos do exercício docente, e o
- Plano de Valorização do Magistério de iniciativa do próprio CETEB, para capacitar professores leigos (lato sensu) em exercício e aperfeiçoar e atualizar especialistas e pessoal administrativo que atuam nos sistemas de ensino.

Dadas a sua importância e peculiaridades, estes projetos, em pleno funcionamento, estão descritos nos anexos 1, 2 e 3

respectivamente.

Os demais estão aqui sumariados:

Técnicas de Estudo — foi o primeiro curso, com o qual o CETEB realizou sua experiência pioneira, utilizando metodologia de ensino personalizado, com uso da forma didática semi-indireta.

Este curso, sob exclusiva responsabilidade do CETEB, abrangeu 286 participantes, com escolaridade em nível de 2º série do 2º grau e faixa etária compreendida nos extremos entre 15 e 31 anos. O rendimento final do curso foi da ordem de 95,8%.

Esta experiência foi objeto de publicação pelo CETEB (ver Painel 1), e divulgada nacionalmente.

Atualização de profissionais de educação — abrangeu um conjunto de três cursos — Tecnologia de Ensino, Planejamento da Unidade de Ensino e Técnicas de Observação, Testagem e Interpretação em Orientação Educacional — que se realizaram em convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal, no segundo semestre de 1974.

A clientela, constituída por professores da rede de ensino do Distrito Federal, foi de 232 participantes, que trabalharam sob a forma de ensino semi-indireto.

A evasão verificada atingiu 27,6% por causas, sobretudo, alheias ao projeto, tais como remoção do professor para local distante e mudança de profissão.

Esquema I — objetivando a preparação pedagógica de técnicos de nível superior (engenheiro, advogado, médico, enfermeiro etc.), para atuação no magistério em nível de 2º grau de ensino, no desenvolvimento das disciplinas profissionalizantes.

Foi atendida uma clientela diversificada profissionalmente, no total de 500 pessoas, nos anos de 1974/75 e 1977.

Este curso foi realizado em convênio com instituições públicas e privadas — Ministério da Educação e Cultura, Fundação Universidade do Mato Grosso, Universidade Estadual do Mato Grosso, Universidade Federal de Goiás e Centro de Ensino Unificado de Brasília — e ministrado sob forma semi-indireta.

Projeto Produzere — executado em convênio com o Ministério da Educação objetivando a formação de pessoal para o Ensino Supletivo (Educação de Adultos), atingiu todo o Território Nacional, desenvolvendo 4 diferentes cursos, para uma clientela de 513 profissionais, durante o ano de 1974.

Neste Projeto, adotou-se a forma semi-indireta.

Aperfeiçoamento para professores, especialistas e técnicos — em consequência de convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal foram ministrados 16 cursos: Artes Industriais; Administradores Escolares; Secretário de Estabelecimento de Ensino; Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Projetos Educacionais; Metodologia da Pesquisa Educacional; Sondagem de Aptidões e Iniciação para o Trabalho; Tecnologia de Ensino; Técnicas Didáticas e Orientação de Equipes Docentes; Técnicas de Orientação, Acompanhamento, Controle e Avaliação da Aprendizagem; Ciências Físicas e Biológicas; Práticas Agropecuárias; Técnicas de Ensino Personall-

zadas; Metodologia Especial para o Processo de Alfabetização; Práticas de Comércio e Serviços; Técnicas de Desenvolvimento de Comunidades; e Avaliação, Controle e Recuperação de Atividades Discentes.

A clientela atendida atingiu 1.516 pessoas, ao longo do ano de 1976, realizando-se os cursos sob forma semi-indireta.

Treinamento de Instrutores — realizado por solicitação e em convênio com o Ministério do Trabalho, objetivou capacitar pessoal para ministrar cursos de qualificação, aperfeiçoamento e especialização para os três setores de economia.

O curso, ministrado sob forma indireta, atingiu 92 profissionais da Região Norte do Brasil, durante o ano de 1976.

Projeto 13,5 — tem a característica básica de ter sido expansão do Projeto Produzere, contando com 15 diferentes cursos e atingindo 1.814 profissionais, entre 1976-1977, adotando forma indireta de ensino.

Administradores de Programas de Formação Profissional — neste curso, realizado em convênio com o Ministério do Trabalho, objetivou-se ampliar e aperfeiçoar a qualificação profissional de responsáveis pelo planejamento, execução e supervisão de programas de preparação de mão-de-obra.

A clientela atendida atingiu 106 profissionais, das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que trabalharam sob forma semi-indireta, durante o ano de 1977.

Projeto 9,4 — representa o prosseguimento — com renovação e introdução de novos cursos — do Projeto 13,5, continuando a se desenvolver em todo o Território Nacional e atingindo uma clientela de 16.500 profissionais, no período de 1978-1980.

Neste Projeto, em que os cursos se realizaram sob forma indireta, já se incluiu a preparação de pessoal para o ensino através do rádio.

Treinamento de Instrutores — realizado por solicitação e em convênio com o SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — objetivou aperfeiçoar instrutores de programas de capacitação de mão-de-obra rural, em didática aplicada a esse tipo de curso.

A clientela, dispersa por todo o Território Nacional, atingiu o total de 1.709 profissionais, estudando sob forma indireta.

Recursos Humanos para o Setor Sindical — realizados em convênio com o Ministério do Trabalho, estes cursos, ministrados a uma clientela de 1.218 membros de sindicatos brasileiros, objetivou preparar pessoal que atua em sindicatos na liderança, administração e contabilidade sindical.

Preparação de Agentes de Saúde Pública — executado em consequência de convênio com o Ministério da Saúde/SUCAM, em 1978, objetivou preparar pessoal em exercício para ingressar na categoria funcional de Agente de Saúde Pública.

Este curso atingiu uma população de 2.136 pessoas e realizou-se sob forma indireta.

Planejamento de Rede Escolar Urbana — em convênio com o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares — CEBRACE, realizou-se o Curso de Planejamento da Rede Escolar Urbana, para uma clientela de 72 técnicos de nível superior, sob forma didática indireta.

Projeto Poli — executado em decorrência de convênio com o Governo do Distrito Federal, este Projeto ofereceu cursos de qualificação profissional a 733 alunos do sistema oficial de ensino supletivo.

Projeto Tucuruí — realizado em convênio com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. para atender à ELETRONORTE, ofereceu educação geral, em nível de 1º grau, a 565 empregados da empresa, atuantes na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Aperfeiçoamento de Professores — desenvolveram-se cursos de aperfeiçoamento de professores em exercício nas quatro primeiras séries do 1º grau, em convênio com o Governo do Distrito Federal.

Os conteúdos trabalhados eram relacionados ao currículo desse grau de ensino e foi utilizada a forma semi-indireta com os 418 participantes.

Licenciatura de 1º Grau do Curso de Pedagogia na Habilitação Supervisão Escolar — realizada em convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas e o CETEB, com a intervenção da Universidade Federal de Alagoas, para 50 participantes selecionados em concurso vestibular.

Técnicas Didáticas e Planejamento, Controle e Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem — também para a Secretaria de Educação de Alagoas, em que se registrou 90% de aproveitamento.

Especialização de Recursos Humanos na Área de Educação — para a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que atendeu 750 técnicos nos cursos de Gerência de Treinamento a Distância, Administração de Treinamento a Distância, Elaboração de Material Instrucional, Macroplanejamento Educacional e Administração Escolar.

Especialização em Educação de Adultos — para 80 técnicos da Secretaria de Educação de Mato Grosso. O curso está sendo realizado com a intervenção da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso.

Técnico em Desporto — para a Associação de Garantia ao Atleta Profissional — AGAP-DF. Esta programação permite a preparação progressiva de Auxiliar de Práticas Desportivas, do Auxiliar Técnico e do Técnico de Desportos.

PLADEM — Plano de Desenvolvimento Integrado do Município — patrocinado pelo Programa Nacional de Desburocratização, com o objetivo de treinar, em serviço, dirigentes municipais, pessoal de chefias operacionais, recepcionistas e encarregados de protocolo. Foi oferecido a 700 prefeituras, que indicaram 28.000 servidores para os cursos de Planejamento, Tributação, Chefias Operacionais, Recepcionistas e Protocolo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora comprovada a exequibilidade do ensino a distância e sendo suas vantagens sobejamente conhecidas:

- a escola é levada a quem dela precisa ou nela deseja ingressar
- o estudo é feito onde, quando e como o interessado tem possibilidade de fazê-lo
- o trabalho do participante, se for o caso, não sofre solução de continuidade
- os custos operacionais são mais baixos do que os do ensino presencial, principalmente pelo grande número de participantes que pode atingir.

cabem ressaltar as desvantagens ou dificuldades que devem ser consideradas e analisadas, com vistas a tornar o processo mais ágil e produtivo.

Em termos globais, há que se levar em conta

- a tradição conservadora da educação que evolui muito lentamente e resiste às inovações, acomodando-se ao ensino presencial como forma de transmissão do conhecimento;
- a legislação vigente que não se adapta e limita as novas formas de ensino com suas exigências de cumprimento de dias letivos e cargas horárias, com currículos estáticos, em suma, com sua mentalidade formal.¹

Um terceiro aspecto se traduz na alocação, praticamente inexistente, de recursos financeiros, como suporte aos investimentos iniciais necessários para implantação de programas. Sem esse apoio, as iniciativas que surgem só a longo prazo fornecerão subsídios para estudos e decisões que já são imperiosos.

Sob o enfoque operacional, há sérios problemas que merecem estudo

- a escassez de pessoal especializado para elaboração dos materiais instrucionais, pois a necessidade de instru-

mentos de estudo auto-explicativos e suficientes implica habilidades que, nem sempre, o professor e/ou o especialista habituados aos recursos da comunicação oral possuem;

- o despreparo da clientela para aprender por si só, em grande parte por não possuir os pré-requisitos necessários (habilidade de leitura, estrutura lógica do pensamento etc.) e, ainda, pelo hábito arraigado da aprendizagem passiva, dependente, comum no ensino presencial;
- as condições adversas para organização de infra-estrutura local para descentralização do atendimento aos participantes, devido às grandes distâncias, ao acesso muitas vezes quase impossível a determinados locais, à pequena disponibilidade de outros órgãos e de pessoal qualificado para apoio técnico e administrativo. Há locais aos quais, de 2 a 3 ou mais meses durante o ano, o acesso é quase impossível, impedindo a entrega de materiais para estudo e o deslocamento do pessoal envolvido nos cursos.

Com base na experiência de trabalho sucintamente relatada, o CETEB, como instituição privada, cuja sobrevivência depende exclusivamente dos serviços que presta, progressiva e cautelosamente vem-se dedicando nos últimos dois anos à implantação do Plano de Valorização do Magistério, aprovado pelo Parecer 848/85 do CFE, cujos resultados, ainda modestos, só posteriormente poderão ser analisados.

Brasília, 10 de novembro de 1987.

Rosa Maria Monteiro Pessina

PROJETO VERSO E REVERSO EDUCANDO O EDUCADOR

Lêda Maria Chaves Tajra

Projeto de Capacitação de Professores em Educação Básica de Jovens e Adultos

Nos dias de hoje, é freqüente nos depararmos com dois tipos de proposta na área de Educação. Um que privilegia novas formas de pensar, analisar e atuar, estimulando a reflexão, a crítica e a criação, e outro, que estimula a domesticação dos indivíduos através de sua adequação à sociedade, sem conflitos e perspectivas de mudança.

Freqüentemente, a Tecnologia Educacional e, especificamente, os projetos de capacitação a distância têm sido explorados por aqueles que privilegiam a segunda proposta.

A opção da Fundação EDUCAR tem sido, entretanto, pela utilização da Tecnologia Educacional e, em especial, da capacitação a distância, como contribuição à melhoria do processo educativo, dentro de uma perspectiva histórica e crítica.

Reconhecendo os limites dessa modalidade de capacitação, visando explorar suas possibilidades, é que a Fundação EDUCAR implantou o Projeto VERSO E REVERSO — Educando o Educador, como alternativa de capacitação na área de Educação Básica de Jovens e Adultos.

O Projeto VERSO E REVERSO constitui-se numa alternativa de capacitação de professores em Educação Básica de Jovens e Adultos, através da utilização de multimeios, como a televisão, o videocassete e o curso por correspondência. É destinado a professores com ou sem habilitação específica do 2º grau para o exercício do magistério, podendo atingir, assim, o professorado leigo.

Esse Projeto tem por objetivo oferecer ao professor a oportunidade de conhecer e refletir sobre temas referentes à realidade social brasileira e, em particular, à Educação de Adultos no país.

Pretende possibilitar ao professor o conhecimento de procedimentos didáticos específicos das áreas de estudo em Educação Básica, propiciando ao mesmo o entendimento de que toda proposta educativa é determinada por uma visão de mundo e de realidade e que as ações desenvolvidas, os métodos, as técnicas, os conteúdos tratados refletem essa visão.

Para o atingimento desses objetivos, os seguintes temas serão desenvolvidos no Projeto: a Educação de Adultos e a situação do analfabetismo no Brasil; diferentes movimentos e experiências atuais de Educação de Adultos no país; a situação atual do professor de adultos, seu papel e formação; princípios metodológicos da Educação de Adultos; o adulto e sua aprendizagem; o material didático, o acompanhamento e a avaliação em programas de Educação Básica de Jovens e Adultos.

O Projeto está atualmente se desenvolvendo através de duas modalidades: pela televisão, em circuito aberto ou fecha-

do, e pela televisão conjugada ao curso por correspondência.

Projeto VERSO E REVERSO — Via Televisão

O Projeto via televisão consta de 24 programas com 30 minutos de duração cada um, tendo sido iniciado no dia 4 de outubro do corrente ano, com término previsto para março de 1988. Os programas são veiculados semanalmente, às nove horas de domingo, em todas as emissoras de televisão associadas ao Instituto Manchete de Cultura, na grande maioria das capitais dos estados brasileiros.

Os programas têm um formato basicamente documental, constando de depoimentos, debates e entrevistas com pessoas atuantes na área de Educação de Adultos, e de um segmento de opinião, com participação de professores, alunos, líderes sindicais, administradores, supervisores educacionais etc.

O Projeto é veiculado em recepção livre, onde o professor, já mobilizado, assiste sozinho à série, discutindo posteriormente, com outros professores, supervisores etc., os conteúdos tratados.

Na modalidade de circuito fechado, as coordenações estaduais da Fundação EDUCAR utilizam os programas para capacitação de técnicos e de pequenos grupos de professores.

Projeto VERSO E REVERSO Via Curso por Correspondência

O Projeto VERSO E REVERSO, através do ensino por correspondência, constitui-se em unidades de ensino correspondentes aos temas tratados na série da televisão. Essa modalidade pretende um maior aprofundamento dos temas, constituindo-se, também, em uma forma de avaliação da eficácia de uma proposta de capacitação a distância, para atualização e aperfeiçoamento de professores.

O Projeto, nessa modalidade, tem a duração de 6 meses e compreende 12 publicações chamadas Unidades de Estudo, além do Manual de Orientações.

Essas Unidades são constituídas de textos produzidos ou selecionados de acordo com sua temática, e de atividades de reflexão, fixação e aferição do conteúdo. Cada Unidade contém, ainda, glossário e indicação bibliográfica, acompanhada de um breve comentário sobre os livros e/ou artigos de revistas, que aprofundam e complementam o estudo de cada tema. Faz parte, também, da Unidade uma ficha de avaliação que objetiva coletar a opinião dos professores sobre os objetivos, o conteúdo, a linguagem, a adequação das atividades, etc. da Unidade.

Em termos de sistematização de trabalho, prevê-se o envio das Unidades de Ensino aos professores cadastrados, e a devolução de cada Unidade com as atividades de aferição de conteúdo e a ficha de avaliação da Unidade, para esclarecimentos e orientações que se fizerem necessários.

¹ O CETEB se vale desse momento para lembrar a posição de vanguarda do C.F.E. que tem autorizado a realização de experiências-piloto, em nosso caso o Projeto Acesso e o Programa de Valorização do Magistério, no intuito de realmente democratizar e viabilizar a educação no Brasil.

CURSO DE TUTORIA A DISTÂNCIA EM ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS CTAD

O CENDEC — Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico é o órgão de treinamento do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Tem como premissa o atendimento à necessidade de aprimoramento dos quadros técnicos da área de planejamento, quer a nível federal (SEPLAN-PR/IPEA, ministérios setoriais e empresas estatais), quer a nível estadual (secretarias e órgãos estaduais de planejamento). Realiza, para tanto, programas e atividades que tragam em pauta discussões das questões de Planejamento e Desenvolvimento, a partir de uma postura que supere o estágio puramente técnico do Planejamento e saliente a função do planejador e do administrador público, enquanto estadista, isto é, com a consciência da responsabilidade do indivíduo perante a sociedade.

Na programação do CENDEC a linha de atuação mais antiga é da área de projeto, que já conta inclusive com certa tradição no campo profissional.

Esta área tem por objetivo tratar os aspectos técnicos e metodológicos dos instrumentos de análise e elaboração de projetos de forma criativa e prática.

Em sua permanente busca na oferta de novas oportunidades de capacitação de recursos humanos que, por razões diversas, não têm condições de participar de cursos presenciais, o CENDEC partiu para desenvolver novas tecnologias instrucionais voltadas para a área de instrumentos de planejamento, realizando o I Curso de Tutoria a Distância em Elaboração e Análise de Projetos — CTAD.

O CTAD será um curso a distância utilizando a metodologia do ensino por correspondência, com uma programação eminentemente prática a partir de situações reais, sem dispensar, no entanto, uma boa fundamentação teórica. O curso foi estruturado em duas unidades distintas, cada uma com 180 horas de estudo/trabalho, perfazendo 360 horas, o que garante ao participante um certificado a nível de pós-gradua-

ção "latu sensu". Destina-se a profissionais de nível superior com atuação na área de planejamento, de instituições públicas e privadas. Neste primeiro momento, em que se lança o projeto CTAD a nível experimental, atingiremos apenas o Distrito Federal e as unidades federadas Maranhão e Goiás.

O CTAD utilizará dois tipos de material de ensino: os guias de estudo (material básico) e teipes (opcional). O primeiro terá a forma de fascículo contendo: objetivos e comportamentos de saída exigidos do participante, conteúdo programático, atividades (orientações para o estudo), tarefas, indicações bibliográficas. Os teipes abordarão temas diversos, com objetivo de aprofundar os conhecimentos do participante. Estes materiais e o próprio programa do curso estão sendo produzidos pelo professor-tutor, sob a orientação de consultores nacionais e internacionais.

Cada professor-tutor se responsabilizará pela tutoria de 15 (quinze) participantes e estará sediado na sua unidade federada.

Os candidatos selecionados serão submetidos a um teste de pré-requisito que objetiva não eliminá-lo, mas identificar o seu nível de conhecimento e, quando necessário, sugerir que estude determinado tema, de forma a não sentir maiores dificuldades durante o curso.

Ao longo do curso serão realizados encontros, com a participação da gerência do Projeto, alunos, professores-tutores e consultores, os quais serão sediados nos próprios Estados e têm como objetivo possibilitar, através da tutoria presencial, integração de conhecimentos, debates e avaliação de leituras e tarefas e resgate de alunos atrasados.

No Estado do Maranhão o curso será realizado em convênio com a Universidade Federal do Maranhão. Em Goiás e Brasília não há órgão conveniado, e a administração será direta do CENDEC.

SERVIÇO DE ENSINO A DISTÂNCIA

A Universidade de Brasília, com o objetivo de cumprir o disposto no Artigo 3º de seu Estatuto, no sentido de estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais, organizou, no Decanato de Extensão, o Serviço de Ensino a Distância — SED, com o objetivo de preparar e oferecer cursos de extensão a distância, por fascículos e por jornais.

O SED preparou e ofereceu, desde sua criação em 1981, os seguintes cursos de extensão a distância:

- Por fascículos:
 - "Introdução à Ciência Política"
 - "Pensamento Político Brasileiro"
 - "Introdução às Relações Internacionais"
- Por jornais:
 - "O que é Política?"
 - "Grécia Clássica"
 - "Pensamento Político Brasileiro"
 - "Relações Internacionais"
 - "Ideologias Políticas"

Encontram-se em fase de preparação os cursos de "Português", "Antropologia" (Pré-História, Cultura e Sociedades Primitivas), "Grécia Clássica" e "Básico de Ciências".

Nos seus cursos o SED já atendeu cerca de 40.000 alunos, dos diferentes pontos do país, tendo também recebido inscrições de alunos de países latino-americanos.

Cabe destacar que, pela flexibilidade, os cursos a distância da UnB têm atingido alunos em várias camadas sociais, que vão desde profissionais liberais, executivos, estudantes universitários e secundaristas, professores e até presos; em síntese, indivíduos que aspiram aperfeiçoar seus conhecimentos sem prejudicar a rotina de suas atividades.

A modalidade de ensino a distância passou a ser difundida a partir da criação da Open University na Inglaterra, em 1969. A Open University é uma instituição autônoma cujo objetivo é o de promover o "progresso e a disseminação do aprendizado e do conhecimento por meio do ensino e da pesquisa, utilizando uma diversidade de meios: sistema de ensino por correspondência, televisão e rádio; ensino orientado; cursos e seminários — proporcionando aos seus estudantes educação universitária, e profissional, e promovendo o bem-estar educacional da comunidade em geral". Essa modalidade tem-se mostrado eficaz em vários países e, no Brasil, a experiência da UnB vem comprovar a necessidade da instituição universitária, através dessa metodologia, mobilizar suas capacidades no

sentido do aprimoramento sociocultural em larga escala.

Através do convênio firmado com a Open University, a Universidade de Brasília detém os direitos de publicação em língua portuguesa e de distribuição no Brasil de todo o seu material de ensino.

A preparação dos cursos é feita através de um trabalho de colaboração entre professores da UnB, editores e especialistas em didática.

Como os cursos a distância são de extensão universitária, e têm o caráter de aprimoramento cultural, não há pré-requisito para os participantes. A inscrição é, portanto, facultada a todos, ficando apenas a obtenção dos certificados na dependência do desempenho durante os cursos.

CURSOS POR FASCÍCULOS

Os cursos por fascículos normalmente têm a duração de um semestre e constam de um guia de estudo contendo as instruções e fascículos contendo os textos para serem lidos e estudados. Além dos textos, que procuram ser auto-explicativos, o material didático traz também exercícios referentes a cada unidade, bem como a indicação de leituras complementares. No decorrer do curso, as dúvidas que porventura não consigam sanar por si próprio, o aluno pode dirigir-se ao Serviço de Ensino a Distância da UnB e solicitar esclarecimentos adicionais.

Os cursos a distância conferem um Certificado de Curso de Extensão expedido pela Universidade de Brasília, na dependência exclusiva do desempenho do candidato. A avaliação desse desempenho far-se-á ao final do curso, através de dissertação sobre temas previamente estabelecidos ou por meio de exame escrito enviado oportunamente ao aluno.

Os cursos oferecidos pela UnB até o ano de 1983 através dessa modalidade foram três: Introdução à Ciência Política, Relações Internacionais e Introdução ao Pensamento Político Brasileiro.

CURSOS POR JORNAIS

A modalidade de oferecimento de cursos por jornais é um meio pelo qual a UnB tem possibilitado maior participação da comunidade nos cursos a distância. Através do emprego direto dos meios de comunicação é possível ampliar o alcance dos cursos, atingindo um público bastante diversificado.

Os cursos por jornais em geral constam de 8 (oito) aulas auto-explicativas, acompanhadas de exercícios de auto-avaliação, publicadas semanalmente. Do mesmo modo que no caso dos cursos por fascículos, o aluno deve acompanhar as aulas e, ao final, deverá preparar uma dissertação de avaliação de, no mínimo, duas páginas datilografadas ou três manuscritas sobre um tema previamente escolhido. As dúvidas também podem ser esclarecidas através de correspondência enviada ao

Serviço de Ensino a Distância e, após aprovação da dissertação final, é enviado ao aluno o "Certificado de Extensão"

Ao todo esses cursos contaram com cerca de 30.000 inscritos e foram publicados nos seguintes jornais: Jornal de Brasília (DF), Jornal da Tarde (SP), Zero Hora (RS), A Tarde (BA), O Povo (CE), O Fluminense (RJ) e Tribuna do Norte (RN).



SOCIEDADE ISRAELITA BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E TRABALHO

ORT BRASIL

Reconhecida de Utilidade Pública pelo Dec. Federal 73.729 e pela Lei Estadual 124

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1987.

Ilmo Sr.
Prof. Arnaldo Niskier
Bloch Educação
Rua do Russel, 766/109 andar
Rio de Janeiro

Prezado amigo,

Conforme solicitação de V.Sa., estamos enviando, em anexo, o relatório sobre o Sistema Aberto de Educação a Distância - SAED.

Cordialmente,

Hugo Malajovich
Diretor ORT Brasil

recer oportunidades às parcelas carentes de nossa população, a ORT pode oferecer auxílio na implantação dos cursos. O SAED pode, também, utilizar as instalações dessas instituições para aplicações experimentais dos cursos, caso em que as despesas de implantação e dos materiais instrucionais são totalmente custeadas pelo SAED.

As instituições conveniadas têm levado os cursos do SAED para comunidades carentes, localizando-os nas periferias das ci-

dades, favelas e outros pontos em que a população necessita de um aprendizado profissional para melhorar seu nível de vida. Foram atingidas, também, comunidades hansenianas e presídios. No período de 1981 até o final de 1987, 30.000 alunos já foram atendidos, em locais de aplicação que somavam 4 em 1981 e chegaram a mais de 170 em 1987, em 12 Estados da Federação.

EVOLUÇÃO DO SAED

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
TREINADOS	500	1.550	3.000	5.000	8.000	8.000	8.000
CURSOS	EIR	EIR AC AE	EIR AC AE	EIR AC AE RED	EIR AC AE RED	EIR AC AE RED	EIR AC AE RED
CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão S. E. Minas Gerais S. E. Sta. Catarina Kolping Brasil	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão S. E. Minas Gerais S. E. Sta. Catarina Kolping Brasil LBA Apoio Fraternal S. E. Osasco	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão S. E. Minas Gerais S. E. Sta. Catarina Kolping Brasil LBA Apoio Fraternal S. E. Osasco S. E. Piauí	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão S. E. Minas Gerais S. E. Sta. Catarina Kolping Brasil LBA Apoio Fraternal S. E. Osasco S. E. Piauí S. E. Arapá	S. E. Pernambuco S. E. Distr. Federal Univers. Maranhão S. E. Minas Gerais S. E. Sta. Catarina Kolping Brasil S. E. São Paulo S. E. Rio de Janeiro S. E. Osasco S. E. Piauí S. E. Arapá
LOCALIDADES	3	21	50	72	130	159	172
ESTADOS	3	3	7	9	11	12	12